



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17281 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)  
ISSN: 2595-7945  
GT 12 - Currículo

**DISCURSOS SOBRE ESPAÇO E BNCC NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Alan Souza Taylor de Siqueira - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**DISCURSOS SOBRE ESPAÇO E BNCC NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Este trabalho reúne resultados parciais de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida em um projeto de maior abrangência, contando com o apoio da Capes. Inscrito no debate das políticas de currículo para/na Geografia, a escrita deste artigo é mobilizada pelos discursos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas relações com a disciplina. Em diálogo com Ernesto Laclau e Jacques Derrida e, assim, recorrendo aos aportes pós-estruturalistas, busco explorar os sentidos que estão sendo produzidos em torno da nomeação “espaço geográfico” nos trabalhos do campo, através da teoria do discurso, de acordo com um levantamento bibliográfico direcionado. Focalizo as produções presentes na Revista Brasileira de Educação em Geografia (RBEG) pela sua relevância no campo em nível nacional.

Importa ressaltar que ao propor uma leitura discursiva, compreendo o caráter precário de qualquer tentativa de controle e/ou apropriação plena da política. Dessa forma, estando de acordo com a perspectiva na qual a política é tida como apenas um texto, mobilizada por processos contextuais de tradução (Derrida, 2005), é reforçada a impossibilidade de atingir um estancamento de sentidos.

Logo, a ideia de um sujeito encarnado e consciente é negada, não levando em conta as abordagens essencialistas sobre/na política. Segundo Laclau (2011), o sujeito só é percebido, momentaneamente, através da discursividade, sendo provisório em dinâmicas produtivas e incontroláveis de sentidos. Este sujeito é sempre fugaz, escapando a qualquer tentativa de controle. Buscar o rastreio destes sentidos é pensar a política pela subjetivação, entendendo que as nomeações também não são fechadas e/ou fundamentadas por algum tipo de garantia, e

sim, significadas de maneira contingencial.

Esta precariedade do momento político é produzida por cadeia de equivalências (Laclau, 2011), marcadas por articulações distintas que se unem em torno de uma ameaça comum, a quem se antagonizam e, assim, mobilizam respostas contínuas e intraduzíveis. Portanto, constantemente, ocorrem tentativas de estancamento da política, mas que sempre falham. São produções de fechamentos provisórios, sendo interditados pela diferença, tendo nomeações importantes num determinado contexto da política.

Neste sentido, pondero que a BNCC (Brasil, 2018), ainda que seja um documento curricular nacional relevante, não é a totalidade da política curricular e não pode viabilizar a estabilização de um significado. Mesmo a Geografia, enquanto disciplina, não possui qualquer garantia de estabilidade quanto aos seus sentidos, tanto nos currículos quanto em relação aos seus supostos saberes e conhecimentos essenciais.

Para realizar o levantamento, utilizei os descritores “Base Nacional Comum Curricular”, “BNCC” e “espaço geográfico”. A opção pelo último descritor está relacionada à sua hegemonização na Geografia, ao ser tratado como seu objeto de estudo. Procuo rastrear os sentidos defendidos nos discursos sobre a BNCC e a sua relação com a Geografia e, neste caso, envolvendo o espaço geográfico. A busca resultou em três artigos, que foram publicados entre os anos de 2019 e 2023.

No artigo “Os componentes físico-naturais e a Geografia escolar no Ensino Médio”, de Xavier e Morais (2023), não há uma negação da BNCC e, sim, discursos pela necessidade de alteração dos currículos, levando em conta as implementações em cada estado. Segundo as autoras, os componentes físico-naturais devem ser trabalhados de forma integrada para compreender processos e dinâmicas relacionadas ao espaço geográfico.

Já o trabalho de Silva, Nascimento e Fabrício (2022) reforça que o currículo escolar é construído pelos sujeitos que compõem e, assim, não ficam limitados pelas preconizações da Base. Ou seja, indicam a reconfiguração da BNCC de modo a favorecer o processo de humanização dos estudantes. Os docentes devem, segundo os autores, desenvolver estratégias e ferramentas de aprendizagem, como o uso do Google My Maps, para o ensino do espaço geográfico, principalmente no que se refere à vivência do aluno.

Por fim, o artigo “Teoria curricular e Geografia: convites à reflexão sobre a BNCC” de Costa, Rodrigues e Stribel (2019), aponta à perspectiva de controle e bloqueio da alteridade, rechaçando a ideia de uma base comum. Ressaltam que a BNCC mobiliza sentidos de redução da pesquisa, desconsiderando as produções escolares e acadêmicas. Sobre o espaço geográfico, defendem que a construção conceitual é bloqueada pela abordagem de habilidades padronizadas.

Sem a pretensão de promover conclusões fixas, busquei, a partir deste recorte, realizar um breve levantamento sobre os sentidos defendidos sobre as produções acerca da BNCC e a sua relação com a Geografia. Pondero que a maior parte dos trabalhos não são contra a existência da BNCC, mas defendem, em abordagens corretivas, mudanças e adaptações no teor da proposta curricular, visando assegurar o significado de determinada concepção do espaço geográfico.

**Palavras-chave:** espaço geográfico; BNCC; teoria do discurso.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

COSTA H. H. C.; RODRIGUES, P. F.; STRIBEL, G. P. (2019). TEORIA CURRICULAR E GEOGRAFIA: convites à reflexão sobre a BNCC. *Revista Brasileira De Educação Em Geografia*, vol. 9, n. 17, p. 86–108.

DERRIDA, Jacques. *A Farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

SILVA, L. do C. da; NASCIMENTO, D. T. F.; FABRÍCIO, L. V. (2022). Possibilidades de construção de conhecimento geográfico a partir do uso da Plataforma de mapeamento colaborativo Google My Maps. *Revista Brasileira De Educação Em Geografia*, vol. 12, n. 22, p. 05–31.

XAVIER, M. P. da S.; MORAIS, E. M. B. de. (2023). Os componentes físico-naturais e a Geografia Escolar no Ensino Médio. *Revista Brasileira De Educação Em Geografia*, vol. 13, n. 23, p. 05–24.